

“UNIDADE NÃO SIGNIFICA UNIFORMIDADE. A UNIDADE PRESSUPÕE DIVERSIDADE”

**ROSANA AREAL DE CARVALHO
KARLA KAROLINE PEREIRA¹**

Greve das professoras primárias mineiras em 1959. Que história é essa? Foi com surpresa, talvez uma pitada de espanto, quase incredulidade, que nos deparamos com esse fato noticiado em alguns jornais². A leitura desses jornais objetivava buscar dados para a pesquisa em desenvolvimento *Damas de ferro: as diretoras do Grupo Escolar “Dom Benevides”*. Atribuímos a denominação “damas de ferro” a algumas diretoras que estiveram à frente desta instituição, instalada em agosto de 1909, em Mariana, Minas Gerais. Inicialmente, foi o Grupo Escolar de Mariana; em 1914, em razão da atuação política republicana na cidade passou a se chamar Grupo Escolar “Gomes Freire”, em referência ao Doutor Gomes Freire de Andrade, político do Partido Republicano Mineiro, atuante na cidade e na instrução pública mineira. Já em 1931, com o retorno da Igreja Católica ao cerne da vida política da cidade, recebeu o nome de Grupo Escolar “Dom Benevides”, mantido para a Escola Estadual ainda em atividade.

A proposta assumida para a pesquisa é identificar a presença dessas diretoras na cultura que foi se conformando no interior do grupo, expressa em suas práticas, atividades, relações sociais e, quiçá, no conceito que a instituição foi construindo entre a comunidade local. Trata-se, portando, de compreender as marcas da “experiência” desses sujeitos impressas no cotidiano escolar. Aventávamos a possibilidade de, a partir desses indícios, delimitarmos as particularidades desse microuniverso que, assim como as demais instituições escolares, estando submetido a um conjunto de normas legais, também se configurava como um espaço social construído a partir de experiências variadas.

Ressaltamos que, para as reflexões que seguem, nos detivemos no recorte temporal que abrange os anos 50. Anos ditos dourados, pois marcaram econômica e culturalmente a sociedade brasileira. Não que a modernização houvesse tido início naquela década, mas o

¹ Professora do Departamento de Educação da UFOP; acadêmica do Curso de História da UFOP; pesquisa financiada pela FAPEMIG.

² Em especial: Estado de Minas e O Arquidiocesano.

cotidiano social foi nesse período marcado pelas contingências que o avanço tecnológico impunha. No âmbito político, a bipolaridade das ideologias ditou o ritmo das disputas. Assim, a dicotomia posta entre capitalismo - liberalismo e o socialismo não pode ser desconsiderado. Afinal, para o contexto educacional ao qual nos referimos – a cidade de Mariana, a presença comunista foi marcadamente rechaçada usando-se a escola como transmissora da propaganda ideológica anti-comunista.

Cabe também recordar que o governo de Juscelino Kubitschek não se caracterizou por ações mais decisivas no campo educacional. Não por acaso o manifesto “Mais uma vez convocados” demonstrava que a polêmica entre o Estado e a Igreja no campo educacional não era novo... Porém, as cartas lançadas na mesa, naquele momento, tinham um peso muito maior. Como retrata o manifesto, por detrás do termo “ensino livre” estava, na verdade, uma escola confessional a expensas do Estado. Que armas usaram os defensores do “ensino livre” para impor seus ditames que, mais tarde, foram incorporados pela LDB de 1961?

As questões mobilizadas neste trabalho surgiram a partir da leitura das fontes, especificamente dos jornais, como dissemos antes. A pergunta foi: em que medida as professoras do Grupo Escolar “Dom Benevides” se envolveram no movimento grevista de 1959? Haveria algum elemento nas atas das reuniões de professores, massa documental privilegiada na pesquisa, que nos indicasse algo dessa atividade?

Embasamos nossas reflexões, em particular, nas concepções thompsonianas acerca da formação de classe, da consciência de classe e de experiência. Então, outras perguntas surgiram: que elementos constituíam a identidade das professoras que atuavam no Grupo Escolar “Dom Benevides”? Suas atuações, percepções, compreensões apontavam para uma “consciência de classe”? O espírito associativo estava presente em suas manifestações? Compreendiam-se enquanto profissionais ou se viam como portadoras de uma determinada vocação?

Lamentavelmente não há muitos trabalhos sobre o cotidiano político da cidade de Mariana nesses anos nos quais situamos nossa pesquisa. Entretanto, a mesma pesquisa nos tem municiado de elementos que confirmam a impressão advinda da observação: o poder exercido pela Igreja Católica extrapolava a dimensão religiosa, fazendo-se notar na dinâmica do contexto político e arraigando-se na vida sócio-cultural. Compreendemos que contribuía para tal quadro a posição ocupada pela cidade de Mariana na hierarquia da Igreja Católica no

Brasil. Daí termos nos deparado com uma instituição escolar que em seus procedimentos pedagógicos encampava os postulados religiosos da doutrina católica. Circunstância viabilizada por meio dos sujeitos ali presentes – professoras, servidoras, discentes em geral, portadores de experiências pessoais e familiares atreladas às práticas religiosas.

Entre os sujeitos escolares que compunham o corpo docente do Grupo Escolar, nos detivemos na atuação da diretora Abigail Dias, durante a década de 50. Sua trajetória de formação peculiar e seu perfil profissional fizeram com que, durante sua gestão, o Grupo Escolar fosse reconhecido como padrão de qualidade escolar, tanto pela comunidade como também pela Secretaria de Educação do Estado, como demonstrado no trecho abaixo que traz o parecer de uma inspetora de ensino

O ensino neste estabelecimento é profícuo, ministrado com zelo e carinho por verdadeiras mães, ciosas da responsabilidade que lhes pesa sobre os ombros, velando pela formação moral e intelectual de seus alunos. Esta forja de trabalho vem dando à Minas e portanto ao Brasil, homens capazes, indivíduos bem aparelhados para a vida, perfeitos soldados da justiça e do cumprimento do dever. É motivo de orgulho para nós, mineiros, contarmos com casas de ensino deste, em que professores e alunos labutam para um mesmo fim: grandeza do Brasil. (Termo de visita da inspetora Gacy Dias de Freitas, 09 de setembro de 1952.)

Estabelecemos o recorte cronológico nos anos 50 em virtude de uma característica de ação já detectada na prática de Abigail Dias, como diretora da instituição. Ao longo das atas das reuniões presididas por esta diretora é visível sua preocupação em torno de três grandes eixos: a formação pedagógica do corpo docente; a formação moral do corpo discente e a formação ética para o trabalho, exaltando os direitos e deveres do professorado, delimitados pelo funcionalismo público.

Abigail Dias: “um verdadeiro baluarte da nobre causa do ensino, exemplo de dedicação e patriotismo”.³

Abigail Dias tomou posse como professora no Grupo Escolar “Dom Benevides” em 1929 e ocupou o cargo de diretora entre 1946 e 1958. Durante esse período, o contexto político nacional experimentou mudanças significativas, destacando um processo turbulento no nível do executivo federal que levou Getúlio Vargas ao poder; seguido de anos de governo autoritário e, por último, um processo de redemocratização. Nesse interregno, para além dos

³ Termo de visita da inspetora Gacy Dias de Freitas, 09 de setembro de 1952.

desdobramentos do jogo político, identificamos um movimento de modernização do Estado brasileiro, dando ensejo à organização e ampliação da máquina administrativa, incluindo, finalmente, a criação do Ministério da Educação e Saúde. No campo pedagógico, as décadas de atuação de Abigail Dias coincidiram com o movimento escolanovista.

Abigail Dias nasceu na cidade de Mariana no dia 05 de janeiro de 1905. Filha de uma família como tantas outras desse município que traziam consigo um forte traço da sociedade mineira e, mais especificamente, marianense – a religiosidade. Estudou no Colégio Providência, em Mariana, instituição que é referência regional no âmbito do ensino confessional.

Com o diploma de normalista obtido no curso oferecido pelo Colégio Providência, Abigail Dias passou a exercer a função de professora primária. Durante o período em que esteve no exercício do magistério, assumiu por diversas vezes a direção do Grupo em caráter de substituição. Possivelmente pelo destaque que alcançou no exercício de suas funções docentes e pela experiência nas funções administrativas, Abigail foi indicada para o Curso de Aperfeiçoamento oferecido pelo Instituto de Educação de Minas Gerais, em Belo Horizonte.

Tal curso foi criado em 1929, durante o governo de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e tinha como objetivo formar técnicos para atuarem na operacionalização da Reforma Francisco Campos (1927) dotando as escolas públicas mineiras de recursos humanos qualificados. O ingresso era condicionado à indicação e também a um rigoroso processo de seleção. Se o curso pressupunha uma seleção rigorosa, podemos inferir que Abigail possuía potencial intelectual suficiente para garantir seu ingresso na Escola de Aperfeiçoamento.

De acordo com a legislação em vigor, “Os diretores de escolas públicas primária serão sempre escolhidos mediante concurso de provas entre professores diplomados, com exercício anterior de três anos, pelo menos, e, de preferência, entre os que hajam recebido curso de administração escolar.” (Lei Orgânica do Ensino Primário. Decreto-Lei no. 8.529, de 2 de Janeiro de 1946. Cap. IV, Art. 36). É sabido que, na prática, o critério determinante para a indicação eram as redes de sociabilidades estabelecidas. Abigail Dias conseguiu conciliar ambos os aspectos. A despeito de seu bom trânsito no âmbito da cidade garantir que ela alcançasse a legitimação de sua imagem como autoridade em assuntos educacionais, buscou também o respaldo no aperfeiçoamento profissional em instituições de referência na formação docente.

Os trechos a seguir demonstram com clareza como Abigail estabelecera laços sociais favoráveis à sua atuação:

Usando da palavra a Senhora Diretora falou-nos sobre a festa da criança dizendo-nos que este ano ela pretendia melhorar da melhor forma possível a sôpa para as crianças durante a semana e que no último dia ofereceria uma bôa merenda. Para isto ela encarregou duas professoras para irem a Prefeitura pedir ao Sr. Prefeito para cooperar em alguma quantia na merenda e no pagamento de um filme instrutivo. (Ata da reunião regulamentar de 10 de outubro de 1953)

A senhora Diretora usando da palavra deu início a esta reunião com as orações habituais. Em seguida falou-nos sobre um convite que o Grupo Escolar havia recebido do Snr. Monsenhor Oscar de Oliveira para assistir a sua sagração Episcopal no dia 22 de Agosto. (Ata da reunião regulamentar de 31 de Julho de 1954)

Partimos da premissa que a direção de uma instituição escolar se reveste de um conteúdo político, seja hoje ou no século passado. E ainda, que tal instituição se insere num contexto de forças políticas, econômicas, sociais, enfim, culturais. Portanto, é de suma importância compreender em quais condições se deu a atuação desses sujeitos. A análise das fontes nos trouxe nuances das mudanças ocorridas no interior da escola que nos permitiram verificar como esta, enquanto instituição social é afetada pelas vicissitudes do ambiente macro social.

Feminização do magistério ou magistério feminizado?

A verificação de transformações sócio-políticas e culturais no período, ainda que externas à escola, alertaram-nos para o indício de que tiveram, em alguma medida, reverberações nas práticas pedagógicas e de gestão no/do cotidiano escolar. No esforço para a compreensão da configuração externa ao Grupo Escolar “Dom Benevides”, destacou-se um elemento, dentre outros, que, em especial para esta instituição, apresenta-se como uma característica de muita relevância para o encaminhamento das atividades pedagógicas: o processo de feminização do magistério, cujo início no Brasil, ainda no século XIX, coincide com a consolidação das escolas normais.

Muito já foi elucidado sobre o processo por meio do qual se criou a representação do magistério como uma profissão de caráter essencialmente feminino. Consideramos indispensável ressaltar que, um dos mecanismos de sobreposição da figura feminina à função de professora nos remete a um esforço social de construção de identidade profissional imbuída de pressupostos religiosos, pensando que

[...] ao se feminizarem, algumas ocupações, [tais como] a enfermagem e o magistério, por exemplo, tomaram emprestado as características femininas de cuidado, sensibilidade, amor, vigilância etc. De algum modo se poderia dizer que “os ofícios novos” abertos às mulheres neste fim de século levarão a dupla marca do modelo religioso e da metáfora materna: dedicação-disponibilidade, humildade-submissão, abnegação-sacrifício. (LOURO, 2008: 454)

Segundo Louro (2008), o processo de feminização contou com o esforço conjunto de vários segmentos sociais. Os discursos dos setores religiosos, jurídicos, higienistas e educacionais tinham em vista ressaltar a necessidade de tutela e proteção das mulheres que atuavam como professoras. Tais discursos construíam socialmente a representação do professorado primário, enfatizando habilidades e fazeres vinculados a aspectos do cotidiano materno e ao âmbito doméstico.

Tendo em vista o período ao qual nos referimos, a década de 50, principalmente, questionamos se nesse momento o processo ao qual Louro (2008) se refere já não estaria em vias de finalização ou finalizado. Consideramos, ao nos determos na análise do Grupo Escolar “Dom Benevides”, que não é equivocada a afirmação de que o magistério nesse momento se encontra feminizado e não em processo de feminização. E por feminizado compreendemos não apenas as especificidades do gênero. Levamos em consideração o encampamento, por parte das professoras, dos pressupostos feminizantes da profissão docente, amplamente verificável nas atas e no cotidiano da escola.

Durante toda a década de 1950, o Grupo Escolar “Dom Benevides” manteve em seu quadro docente uma média de treze (13) docentes, dentre os quais todas eram mulheres. Ressaltamos também que em termos da diretoria, ao longo do século XX, o grupo foi marcado pela gestão feminina, com quebras pontuais, em um contexto em que os grupos escolares eram, via de regra, dirigidos por homens, já que apenas eles seriam capazes de atender às demandas com o vigor necessário. Com a saída do último diretor em razão da aposentadoria, assume a referida diretora Abigail Dias, sucedida por outras professoras, pelo menos até os anos 70, período final de nossa pesquisa.

Em função dessa presença feminina massiva na constituição da cultura escolar, nos parece caro demonstrar a existência de uma relação peculiar estabelecida entre as mulheres e a ordem social vigente no cenário político e social. Buscamos elucidar que havia, por parte das professoras, a corporeificação das representações sociais no que tange ao ethos docente. Compreendemos que a elas pertencia a efetivação daquela representação por meio de suas

práticas cotidianas. Assim, estando em conformidade com o padrão de comportamento profissional que lhes era atribuído, atuavam de forma corroborativa com o quê o imaginário social demandava de uma professora. Supomos que, uma hipótese que temos perseguido, este comportamento estivesse bem conciliado com o comportamento moral impingido, talvez, desde a infância: a prática religiosa católica.

Ou seja, de um lado a perspectiva da formação profissional enquanto processo de legitimação e construção de uma identidade profissional. Isso quer significar a elevação profissional a um patamar que ultrapassa a vocação. Daí as advertências de Abigail Dias no tocante às práticas docentes, aos direitos e deveres das professoras como profissionais e e funcionárias públicas. Por outro lado, as prescrições da conduta moral, disciplinada pela religião, que também deveria ser ensinada, apregoada.

É assim que entendemos o excerto a seguir:

Iniciando a sessão invocamos o Espírito Santo para o bom êxito de nossos trabalhos e a Jesus Cristo, Mestre dos Mestres - força, coragem e perseverança para o desempenho, o melhor possível de nossa dificultíssima missão - de educar e instruir. (Ata da reunião regulamentar de 12 de Março de 1949)

Educar consiste na formação moral, concebida pela diretora como sendo viável apenas no campo dos valores cristãos. Porém, para instruir, é preciso dominar as práticas pedagógicas que remetem ao campo da ciência. E não são conflitantes os dois campos, ao contrário, na visão da diretora eles se complementam.

Ocorre que, no transcorrer do século XX, o magistério passa por outro momento de construção de representação. Dessa vez, entretanto, as novidades pedagógicas bem como o cenário de modernização nacional ditariam qual seria o rumo pretendido pela carreira docente. De profissão a ser cumprida como missão, com amor e dedicação, de quem trabalha tendo em mente uma recompensa que transcende o mundo material, passa-se ao esforço para legitimar a profissionalização da docência. (LOURO, 2008: 473)

Além disso, a transição de uma representação para a outra certamente gerou um quadro de tensão. Louro (2008) se refere às tensões engendradas na prática pedagógica. Resistência ao acatamento da hierarquização e do processo de burocratização do sistema público de ensino. Contudo, trabalhamos com a hipótese de que para algumas professoras poderia não ser interessante desvincular-se da representação da professora maternal, seja por participar de uma sociedade que valorizava tal papel, seja por ela mesma ter constituído seu

mundo axiológico com base naqueles valores, vivenciando assim, a profissão como parte de uma missão. Essa leitura para o corpo docente do Grupo Escolar “Dom Benevides” explicaria a posição cordata das professoras diante das interpelações da senhora diretora, como trazem as atas.

Profissionalização e associação: construção de uma classe?

Os anos 1930 se iniciaram colocando em pauta a necessidade de conferir à educação uma formalização do aspecto técnico na capacitação dos professores. Conforme postulavam os signatários do Manifesto de 1932, tratava-se de imprimir um caráter científico nos negócios da educação. As conferências nacionais de educação promovidas pela Associação Brasileira de Educação – ABE e o próprio Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova cuidaram de alavancar a visibilidade da nação para com os aspectos educacionais.

Em Minas Gerais, no ano de 1929, durante o governo de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, foi criado o curso de Aperfeiçoamento oferecido pelo Instituto de Educação de Minas Gerais, em Belo Horizonte. O curso tinha como pressuposto formar técnicos para atuarem na operacionalização da Reforma Francisco Campos (1927) dotando as escolas públicas mineiras de recursos humanos qualificados. O ingresso era condicionado à indicação e também a um rigoroso processo de seleção.

Agrega-se a este contexto de profissionalização do magistério, os movimentos associativos das professoras no Estado de Minas Gerais como a Associação das Professoras Primárias de Minas Gerais – APPMG. Criada em 1931, surge com uma proposta assistencialista (ROCHA: 2010, 6), assim como se percebe para outras entidades do mesmo tipo fundadas em outros estados. Em sua assembleia de fundação, a associação expressa a que viera:

Essa grande organização de classe que acaba de ser fundada no Estado dispensa qualquer comentário sobre a alta finalidade a que se propõe, qual a de intensificar o intercâmbio intelectual, moral e material entre o professorado mineiro, inculcá-lo o espírito de solidariedade, defender os interesses da classe, procurando elevá-la por todos os meios. (CAVALHEIRO, 1989: 265)

Contudo, é sabido que a representatividade da APPMG não era hegemônica, em detrimento de ser a mais expressiva. A criação da Casa da Professora Primária (CPP), em

1953, é motivada pela “inoperância da APPMG” (COELHO. Apud. NUNES). Segundo Lugli (2003), a APPMG caracterizava-se por suas ações politicamente enviesadas lançando mão de confrontações tácitas, o que não é de se espantar se considerarmos que a associação congregava, em grande medida, o professorado da elite da capital mineira, dentre as quais muitas possuíam alguma vinculação ao mundo político. Já a CPP, não se engajava naquilo que considerava como “medidas extremas” aquelas que se colocassem em discordância da prescrição legal para as reivindicações. Conforme demonstrado por Lugli (2003), em 1954, em meio à mobilização que culminaria no Movimento do Desagrado, chegam mesmo a romper com a APPMG considerando que seria a melhor maneira de “zelar pela “*dignidade do magistério*” e preservar “*as suas belas tradições de nobreza, civismo e dedicação a um nobre ideal*”. (Diário de Minas 26/9/54. Apud, LUGLI, 2003: 242).

Tal quadro demonstra que, dentro do próprio movimento, não é possível verificar um consenso em relação à legitimação, por parte dessas professoras, de uma entidade específica que as representem já que ora são representadas pela APPMG, ora pela CPP e consideramos ainda a existência de outras associações que atuavam no interior do estado.

Nossa análise se constitui referendada nas proposições de Marcus Aurélio Taborda de Oliveira sobre a aplicabilidade do pensamento de Edward Palmer Thompson nos estudos no campo da História da Educação. Segundo Taborda, Thompson nos abre a perspectiva de pensarmos que

Entre a determinação e a apropriação, entre a estrutura e o processo, entre a singularidade e a generalização, medeia a experiência. Logo, esse autor não descartaria uma análise ideológica da cultura, mas não a reduziria também à lógica da “conspiração”. (TABORDA, 2008: 156)

A utilização de um aporte metodológico ancorado nos postulados thompsonianos nos leva a questionamentos acerca da existência dessa classe professoral mineira anunciada. Pensando que, segundo Thompson

[...] as classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se vêem numa sociedade estruturada de um certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau do processo histórico real. (THOMPSON, 2012: 274)

Seguindo a lógica de formação de classe proposta, conclui-se que, nesse momento de criação de associações, os elementos profissionais para se constituir um agrupamento que pudesse ser identificado como classe ainda são muito incipientes. No contexto educacional a que se refere, encontra-se ainda em processo a constituição daquilo que viria a ser um *ethos* profissional, dentro da estrutura do ensino público em vias de consolidação. Apenas posteriormente à criação das associações profissionais, aconteceriam mobilizações expressivas, resultado da compreensão das “relações de produção”, analogamente falando, aplicadas ao sistema de ensino, premissa para formação de classe para Thompson.

Tendo formulado tal proposição, nos debruçamos sobre uma emblemática ação encabeçada pela liderança da APPMG no ano de 1959, pretendendo verificar em que nível se deu a identificação das professoras do Grupo Escolar “Dom Benevides” com o chamamento grevista e os possíveis desdobramentos destes movimentos associativos em nível local. O mês era novembro, e as professoras primárias de Minas Gerais⁴ se organizaram para pressionar o governo estadual contra as consecutivas perdas salariais. Não havia sido o primeiro movimento reivindicativo de professores com o objetivo de revisão salarial. Mas, aquele quadro de greve em especial nos interessa, pois fica explícita que a contradição está posta quando se trata das representações docentes.

Pareceu-nos oportuno ir ao corpus documental na tentativa de perceber as possíveis reverberações do movimento grevista para o cenário conservador marianense. Identificar como aquelas professoras primárias que conciliavam suas práticas pedagógicas a regimentos de conformação política, bem como de coadunação com pressupostos religiosos, se posicionaram diante de um movimento de confrontação do *status quo* político. Tendo em mente que a profissionalização do magistério, juntamente com as associações do professorado, traziam à tona uma nova construção imagética da professora primária, esperando-se que agora, esta se tornasse

A professora sindicalizada, denominada de trabalhadora da educação, [...] representada pela mulher militante, disposta a ir às ruas lutar por melhores salários e melhores condições de trabalho. Ela deve ser capaz de parar suas aulas; gritar palavras de ordem em frente a palácios e sedes de governo; expor

⁴ Para a circunstância da Greve de 1959 nos questionamos acerca da viabilidade de nos referirmos a ela como sendo das “professoras primárias de Minas Gerais”. Consideramos que tal designação tem por finalidade situar todas em uma classe estática, o que pressupõe o compartilhamento dos mesmos símbolos e expectativas.

publicamente sua condição de assalariada, não mais de mãe, tia ou religiosa [...].
(LOURO, 2008: 474)

Percebemos que, as duas principais iniciativas associativas ocorridas em Minas Gerais, propagaram-se, chegando aos Grupos Escolares do interior, inclusive, ao GE “Dom Benevides”, na tentativa de integralização estadual

Continuando a palestra falou-nos de uma senhora que aqui esteve vinda de Belo Horizonte afim de convidar as professoras desta cidade para tomarem parte na casa da professora, criada em Belo Horizonte e explicou-nos as vantagens da mesma. (Ata da reunião regulamentar de 19 de Maio de 1954)

Continuando disse-nos [a diretora] que recebeu da Associação dos Professores Primários, um convite impresso, a professora que quiser entrar poderá se inscrever. (Ata da reunião regulamentar de 12 de Março de 1955)

Porém, apesar de tais iniciativas, notamos que as atas de reuniões deixam vir à tona muito pouco do contexto político estadual que envolvia as professoras na década de 50. Nenhuma referência direta é feita à greve de 1959, ou ainda, nada é expresso no sentido de demonstrar algum tipo de insatisfação do corpo docente. Daí o questionamento: seria aquela uma luta das professoras primárias de Minas Gerais ou de uma parcela elitizada das profissionais, principalmente daquelas que se vinculavam diretamente à vanguarda pedagógica e política da capital mineira?

As únicas reverberações que se pode associar com o movimento de greve de 59 incidem verticalmente. São medidas administrativas tomadas pela Secretaria de Educação que chegam ao grupo demonstrando que este não estava blindado em relação a este mundo ao qual tentava se manter alheio.

Aos oito dias do mês de Agosto de mil novecentos e cinqüenta e nove, numa das salas do Grupo Escolar “Dom Benevides”, realizou-se a 2ª reunião regulamentar do 2º semestre presidida pela Sra. Inspetora Regional, Dona Maria Constância Xavier de Lima e com a presença das Diretoras dos dois grupos da cidade e suas respectivas professoras. [...]

Na primeira parte da reunião, a Sra. Inspetora deu-nos alguns avisos com referência às suas atribuições de inspetora, fazendo questão de eliminar qualquer falsa ideia que se possa fazer desse seu trabalho que nada tem de negativo, mas ao contrário, é puro desejo de servir, de fornecer orientação, pedagogia atualizada e estabelecer entre os Grupos e o Departamento de Educação uma ligação mais estreita. (Ata da reunião regulamentar de 08 de Agosto de 1959.)

Tal orientação chegava ao grupo por meio de uma voz qualificada, dando ensejo à formação de um elo de confiança entre a instituição em particular e o Departamento de Educação que, nesse contexto, representava o Estado.

Frisou a Sra. Inspectora a importância do caderno de planos. Ele é um documento do que a professora ensina. Se esta lança antes o que vai dar, tudo vai bem, sem isto, ela ficará pulando de assunto em assunto e facilmente a perspicácia dos alunos descobrirá o seu embaraço. Todas as aulas devem ser dosadas no plano de acordo com a capacidade de atenção das crianças, o que não vai além de 10 a 15 minutos continuamente. Vendo isto, a professora nunca fará planos vastos pois de nada valeria lançar planos no caderno e não realizá-los (isto, entretanto, não querendo dizer que ela não possa algumas vezes fugir ao plano para atender aos interesses medidos da classe). Em suma, disse-nos, esses cadernos devem sempre estar em dia, à disposição dos visitantes hierárquicos. (Ata da reunião regulamentar de 08 de Agosto de 1959.)

Por algum motivo que as fontes, até o momento, não nos revelam, já que a visita da inspetoria estadual se dava a espaços de tempo regulares e distantes, a Sra. Inspectora Maria Constância estava de volta ao grupo no mês seguinte:

*Logo em seguida, D. Constância, que **havia chegado inesperadamente** transmitiu-nos algumas ordens trazidas da Secretaria relativas à organização das provas finais que de acordo com as portarias despachadas pelo Departamento de Educação serão organizadas pelas professoras do próprio grupo em comissões designadas pela diretora, com excessão das de 1º e 4º ano que deverão vir de Belo Horizonte. (Ata da reunião regulamentar de 26 de Setembro de 1959. Grifos nossos.)*

O movimento grevista eclode apenas no início de novembro do ano de 1959. Portanto, podemos inferir que a presença da inspetora regional de ensino seja uma tentativa de estreitar sim os laços, mas também pode ser lido como uma tentativa de contornar a insatisfação das professoras que, durante toda a década de 50 e mais enfaticamente, desde o movimento do Desagrado em 1954, vinha sendo explicitado sob a liderança das associações de professores.

Assim, pretendemos evitar um modelo analítico que determina as condições de atuação dos sujeitos, vitimando-os e retirando deles qualquer possibilidade de participação ativa. O fato é que, ao irmos de encontro ao objeto, é importante que haja o exercício de não imprimirmos àquelas mulheres-professoras, nossas concepções atuais de engajamento político. Como proposto por Taborda (2008) acerca de interpretações de fenômenos históricos "Thompson oferece-nos uma dupla lição. Primeiro, inscrever os fenômenos históricos no contexto das possibilidades do seu desenvolvimento, em função das expectativas de diferentes grupos sociais". Por isso, não nos surpreendemos ao nos depararmos não com um enfrentamento por parte das professoras às expectativas em torno do profissional docente, mas sim, com uma corroboração ao modelo idealizado.

Aquelas professoras do Grupo Escolar haviam constituído suas experiências profissionais dentro de regimentos bem balizados de disciplina e acatamento da ordem social

e política estabelecida. Ainda mais, se constituíram como vigas de sustentação desta ordem social já que, a manutenção da ordem lhes era atribuída duplamente: nas escolas como mães espirituais e em casa, como mães de fato.

O trecho a seguir demonstra como a Igreja Católica, sujeito político ativo em Mariana, com trânsito nos assuntos educacionais da cidade, se posicionou em relação ao direito de greve.

A Doutrina Social Cristã sobre a Greve

Entre tantas opiniões diversas, qual a posição certa em relação à greve?

Os teólogos e moralistas católicos, examinado-a à luz dos seus princípios imortais, elaboram sobre a greve uma doutrina, que condena os demagogos e os reacionários. Esta doutrina equilibrada e serena foi adotada pela Doutrina Social Cristã.

A greve, em si mesmo, não é mais do que a recusa do trabalhador de ceder o seu trabalho a outro. É um direito que lhe assiste. Só por isso não pode ser censurado. A Doutrina Social da Igreja reconhece este direito, como acima dissemos, fundado na liberdade e dignidade da pessoa do trabalhador. Mas, contingências e circunstâncias especiais, resultados nocivos a terceiros e à coletividade poderão modificar a legitimidade de uma determinada greve. O direito de greve não é absoluto, mas limitado. Esta limitação terá que ser estudada em seus pormenores. (Jornal “O Arquidiocesano”. 31 de janeiro de 1960, nº20)

Pensamos em tal artigo como uma reprimenda acerca do movimento de 1959, tendo em vista que sua publicação se dá pouco mais de um mês após o desfecho do episódio. Assim, não é sem razão inferimos que tal opinião fosse partilhada por aquelas professoras se considerarmos que era latente a permeabilidade da prática docente e das práticas religiosas. Propusemos reflexões acerca da constituição da experiência profissional do corpo docente daquele grupo escolar em trabalho anterior (CARVALHO et al, 2013).

Por fim, diante das circunstâncias exploradas, nos deparamos com a condição de que as professoras primárias de Mariana tinham como referência de identidade profissional aquela postulada com base no caráter vocacional do magistério, formada no seio da Igreja Católica, muito mais do que com aquela que as associações profissionais buscavam conformar – a de profissional da educação.

Reflexões, aproximações e continuidades

É possível para aquele momento falar das professoras primárias como partícipes de uma classe? É possível identificar em suas ações, elementos que denunciem o compartilhamento de uma consciência política ativa de co-participantes de um determinado segmento profissional?

Ainda em fase de aproximações, temos observado que a imprensa católica divulga a greve numa intensidade que, no mínimo, tem nos despertado alguma curiosidade. Que interesses estavam em jogo? Sabendo da disputa crônica entre a Igreja e o Estado frente à primazia da educação, a primeira suposição foi de entender isso como uma ação visando a desestabilização do Estado, colaborando para o descrédito quanto às condições do Estado para gerir os assuntos educacionais. Ou seja, uma posição que trazia à tona a incompetência de um Estado.

Por outro lado, em que se fiava a Igreja? As professoras em greve contribuiriam para um conceito positivo das escolas confessionais? E quem seriam essas professoras grevistas? Seriam as mesmas professoras que estariam nas escolas de “ensino livre”?

“Unidade não significa uniformidade. A unidade pressupõe diversidade”. Não por acaso escolhemos essa expressão do Manifesto de 1932 que, por sua perenidade foi retomada pelo Manifesto de 1959, para intitular nosso trabalho. Compreendemos que ela expressa em alguma medida o desafio da pesquisa e do ofício do historiador que ao partir de um pressuposto geral, vai busca das particularidades. Tais particularidades só se revelam na pesquisa contínua, na ampliação do escopo documental, na diversidade da abordagem teórica. Experimentamos um contínuo desdobramento de uma proposta de pesquisa que, se a princípio se justificava pela riqueza que descortinava, continua nos mostrando outras tantas possibilidades.

É certo que os documentos com os quais temos trabalhado nos apresentam um corpo docente homogêneo, conformado, disciplinado e ordeiro sob a batuta da diretora Abigail Dias. Mas isso não é suficiente para afirmarmos a inexistência de resistências. Não pensamos aqui apenas as resistências políticas, conscientes, premeditadas; mas um conjunto de resistências pautadas pela indiferença, pela incompreensão e por motivos sutis e particulares.

Infelizmente, tais considerações ficam, por ora, no campo das suposições. Operar a contrapelo exige um investimento maior.

FONTES

Livro de Atas do Acervo da Escola Estadual “Dom Benevides” (n. 36 e 46)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, Rosana Areal; PEREIRA, Karla Karoline; SOUZA, Janaína Maria de; RODRIGUES, Wanessa Costa. *Para além do ensino religioso: as práticas religiosas católicas no interior da escola*. In: Anais do VII Congresso Brasileiro de História da Educação – *Circuitos e Fronteiras na História da Educação no Brasil*. Cuiabá, Maio de 2013.

CAVALHEIRO, Hemengarda de Carvalho. *A organização dos professores públicos e a realidade brasileira; uma perspectiva histórica e sindical e dois estudos de caso*. APPMG e UTE. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da PUCRS, 1989. (Dissertação, Mestrado em Sociologia).

LOURO, Guacira Lopes. *Mulheres na sala de aula*. In: DEL PRIORI, Mary (org.) *História das mulheres no Brasil*. SP: Contexto, 2008.

LUGLI, R. S. G. . *Associação de Professores Primários de Minas Gerais: representações de profissão docente entre a modernidade e a tradição*. In: II Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação em Minas Gerais, 2003, Uberlândia. Anais do II Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação em Minas Gerais. Uberlândia: EDUFU, 2003.

MARIANO, Jorge Luís Mazzeo. *Educação e religião: a escola pública na Primeira República*. Revista Eletrônica Cadernos de História, vol. IX, ano 5, n. 1, Julho de 2010.

ROCHA, Maria da Consolação. *A organização do magistério público da educação básica da capital mineira: momentos, lutas e protagonismos das mulheres*. In: *Associações e sindicatos de trabalhadores em educação*, 2010, Rio de Janeiro. *Associações e sindicatos de trabalhadores da educação*, 2010.

TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurélio. *O pensamento de E. P. Thompson para a pesquisa em História da Educação – culturas escolares, currículo e educação do corpo*. Revista Brasileira de História da Educação n° 16 jan./abr. 2008.

THOMPSON, Edward Palmer. *Algumas considerações sobre classe e “falsa consciência”*. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Antonio Luigi Negro e Sérgio Silva (orgs.). 2ªed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012. pp. 269-281.